
Corticeira Amorim

Política de Privacidade para Gestores e Colaboradores

(Aprovada pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em reunião realizada em 6 de dezembro de 2021)

Enquanto entidade empregadora, necessitamos de conservar e tratar os seus dados pessoais no contexto da nossa relação laboral/de prestação de serviços. Conservaremos e utilizaremos os dados para assegurar o funcionamento da CORTICEIRA AMORIM e para gerir de modo eficaz a nossa relação consigo, durante o processo de recrutamento, enquanto se encontra a trabalhar connosco, no momento de rescisão do respetivo contrato e após ter saído da CORTICEIRA AMORIM, sempre de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”) e a legislação nacional aplicável.

Caso não nos providencie os seus dados pessoais, poderemos ser incapazes, em algumas circunstâncias, de cumprir com as nossas obrigações contratuais e jurídicas e assim o informaremos atempadamente.

O tratamento dos dados pessoais fica sujeito a regras de transparência, lealdade, integridade e confidencialidade, garantindo que os mesmos serão tratados nos termos da lei em vigor. O tratamento dos dados pessoais observa, igualmente, o disposto nas autorizações de isenção n.ºs 1, 3 e 4, de 1999, da CNPD.

A CORTICEIRA AMORIM implementou as medidas técnicas e organizativas adequadas tendo em vista a proteção dos dados pessoais contra a sua destruição ou alteração acidental ou ilícita, bem como contra o acesso não autorizado e tratamento ilícito dos mesmos.

Os gestores e colaboradores autorizados a aceder aos dados pessoais estão vinculados ao dever de confidencialidade.

Identificação e contactos do responsável pelo tratamento e do encarregado da proteção de dados

O responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais será a CORTICEIRA AMORIM, para efeitos do RGPD e da legislação nacional aplicável.

A CORTICEIRA AMORIM tem, também, um Encarregado da Proteção de Dados (Data Protection Officer ou DPO), que (i) monitoriza a conformidade do tratamento de dados com as normas aplicáveis, (ii) é um ponto de contacto com o Cliente para esclarecimento de questões relativas ao tratamento dos seus dados pela CORTICEIRA AMORIM, (iii) coopera com a autoridade de controlo, (iv) presta informação e aconselha o responsável pelo tratamento ou o subcontratante sobre as suas obrigações no âmbito da privacidade e proteção de dados.

AMORIM

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Edifício Amorim I

Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, 380

4535-186 Mozelos, Portugal

www.corticeiraamorim.com

Sociedade Aberta

Capital Social: € 133 000 000,00

Pessoa Coletiva e Matrícula: PT500077797

C.R.C. de Santa Maria da Feira – Portugal

[instagram: amorimcork](https://www.instagram.com/amorimcork)

Os dados pessoais que tratamos

Dados de Identificação	Exemplos
Identificação e contactos	Nome; N.º Cartão de cidadão; NIF; NISS; Morada; Data de nascimento; Telefone e telemóvel
Outros dados de identificação	Certificados de Habilitações; N.º associado sindical; Fotografia; Nome de dependentes; NIF dos elementos do agregado familiar; Data de nascimento de dependentes
Detalhes bancários	IBAN
Dados sobre a saúde	Ficha de aptidão médica e à aptidão profissional
Dados biométricos	Impressão digital

Porque é que tratamos os seus dados pessoais

Somos obrigados a conservar os seus dados pessoais com base nas finalidades listadas de seguida:

1. Em primeiro lugar, devemos tratar os seus dados pessoais com base na nossa relação laboral/de prestação de serviços, nomeadamente, para efeitos de gestão de salários e benefícios, assiduidade e férias, vistos de trabalho e deslocações em trabalho;
2. Também utilizamos os seus dados, incluindo a fotografia, para facilitar a sua identificação correta, por exemplo na intranet e na plataforma interna linkpeople.amorim.com, no serviço de troca de e-mails e noutras ferramentas;
3. Tratamos os seus dados sobre a saúde conforme as disposições legalmente aplicáveis em matéria de Saúde e Segurança no Trabalho ou ao abrigo do seu consentimento para o efeito;
4. Tratamos os seus dados biométricos apenas para efeito de controlo de acessos, marcação de refeições e no âmbito das disposições legalmente aplicáveis;
5. Para proteger as nossas instalações, recorreremos a um sistema de videovigilância, através do qual a sua imagem pode ser capturada. Conservamos as imagens captadas durante um período limitado de tempo, conforme a legislação aplicável. Não utilizamos estas imagens para efeitos de avaliação de desempenho, mas deveremos ter a capacidade de as analisar em caso de incidentes de segurança ou após solicitação pelas autoridades policiais ou judiciais;
6. Uma vez que precisamos de controlar a utilização correta dos recursos utilizados, incluindo telefones, computadores e laptops, internet, e também por razões de segurança, realizamos uma monitorização limitada de tais recursos, de acordo com as orientações da Comissão Nacional da Proteção de Dados nesta matéria;
7. Igualmente, caso utilize uma viatura de empresa, necessitamos dos seus dados pessoais para a documentação e/ou equipamentos de suporte aplicáveis, sem prejuízo da necessária salvaguarda da sua privacidade;
8. Por vezes, utilizamos os seus dados pessoais com o objetivo de potenciar a eficiência da CORTICEIRA AMORIM, nomeadamente para atividades de formação e avaliação de desempenho.

Fundamentos de licitude para o tratamento dos dados pessoais

A conservação e o tratamento dos seus dados pessoais permitir-nos-á:

- a) Executar o contrato de trabalho ou prestação de serviços existente, nomeadamente face aos pontos 1 e 2 da secção anterior;

-
- b) Cumprir obrigações jurídicas, de acordo com os pontos 3 e 4 da secção anterior, sem prejuízo da possibilidade de obtenção de consentimento;
 - c) Garantir a segurança, o bom funcionamento e a eficiência da CORTICEIRA AMORIM, consoante nosso interesse legítimo, nos restantes pontos 5 a 8 da secção anterior.

Partilha de dados pessoais com terceiros

Os dados pessoais não serão comercializados ou vendidos a terceiros. No entanto, poderemos partilhar dados pessoais seus com terceiras entidades sempre que seja necessário para efeitos de cumprimento de obrigações contratuais ou jurídicas, ou devido ao nosso interesse legítimo enquanto entidade empregadora, a menos que semelhante interesse não deva prevalecer sobre os seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais. As terceiras entidades poderão ser:

- a) Autoridades Públicas (Autoridade Tributária ou para as Condições do Trabalho, bem como a Segurança Social);
- b) Entidades bancárias para efeitos de processamento de salários;
- c) Seguradoras em caso de seguro de acidentes de trabalho ou outro tipo de seguros;
- d) Empresas de aluguer/leasing de viaturas;
- e) Empresas que processem quaisquer benefícios flexíveis que lhe sejam atribuídos, por exemplo vales de refeição, entre outros;
- f) Agências de viagens ou companhias de transporte, na eventualidade de deslocações de serviço;
- g) Embaixadas e secções consulares dos países onde resida atualmente para efeitos de trabalho (vistos de trabalho);
- h) Autoridades policiais e judiciais, em caso de incidentes relativos à segurança das instalações;
- i) Empresas de formação, sempre que os gestores ou colaboradores da CORTICEIRA AMORIM sejam sujeitos a formação.

Transferência de dados pessoais para países terceiros

A CORTICEIRA AMORIM pode ter de transferir os seus dados pessoais para um país terceiro fora do espaço da União Europeia e que não integre a lista de países que a EU já considerou reunir níveis de proteção dos dados pessoais adequados. Nesses casos, a CORTICEIRA AMORIM assegurará que as transferências de dados se realizam no estrito cumprimento das normas legais aplicáveis.

Durante quanto tempo os seus dados são conservados

A conservação dos dados físicos e digitais será efetuado pela CORTICEIRA AMORIM pelo período estritamente necessário, e legalmente exigível, findo o qual, procederá ao seu apagamento. Os prazos legais exigíveis na presente data, são nomeadamente os seguintes:

- Recrutamento: os registos dos processos de recrutamento (p.e. convites, anúncios de oferta, número de candidaturas, número de candidatos em entrevistas, resultados de testes): prazo de 5 anos (Artigo 32.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), pelo que findo esse período os registos irão ser destruídos ou anonimizados;
- Cadastro de Gestores e Colaboradores: prazo de 5 anos após a saída do gestor/colaborador, durante o qual é possível existirem correções em matérias fiscal e de segurança social;

-
- Formação e Avaliação de Desempenho: até à cessação do vínculo de relação laboral;
 - Comprovativos de pagamento de contribuições à segurança social e à autoridade tributária, recibos de vencimento e processamento salarial: prazo de 10 anos (ou 12 anos para documentos referentes aos períodos de tributação de 2014 e 2015), prazo exigido para a conservação de documentos da contabilidade (artigo 123.º do CIRC);
 - Registo biométrico: os dados apenas devem ser conservados durante o exercício de funções, devendo ser eliminados após a cessação da relação laboral;
 - Imagens de videovigilância: os dados serão conservados pelo prazo máximo de 30 dias (Artigo 31.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio);
 - Dados de saúde: os dados serão conservados pelo prazo mínimo de 40 anos (Artigo 46.º da Lei 102/2009).

Os seus direitos

Segundo o RGPD e a legislação nacional aplicável, tem uma série de direitos referentes aos seus dados pessoais:

Direito de Acesso - direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento, quais os prazos de conservação, entre outros.

Direito de Retificação - direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados.

Direito de Limitação - direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de: (i) suspensão do tratamento ou (ii) limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

Direito ao Apagamento dos dados ou "direito a ser esquecido" - direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, como por exemplo os casos em que a CORTICEIRA AMORIM tem de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal ou porque se encontra em curso um processo judicial.

O responsável pelo tratamento comunicará a cada destinatário a quem os dados pessoais tenham sido transmitidos qualquer retificação ou apagamento dos dados pessoais ou limitação do tratamento a que se tenha procedido, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Se o titular dos dados o solicitar, o responsável pelo tratamento fornece-lhe informações sobre os referidos destinatários.

Direito à Portabilidade - direito de receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática ou de solicitar a transmissão direta dos seus dados para outra entidade que passe a ser o novo responsável pelos seus dados pessoais, mas neste caso apenas se for tecnicamente possível.

Direito a Retirar o Consentimento - direito de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, para um tratamento de dados pessoais.

Direito de Oposição - o direito de oposição a tratamentos com base no interesse legítimo, desde que não se verifiquem razões imperiosas ou legítimas que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou para defesa de um direito num processo judicial.

Direito à Notificação - direito a ser notificado sem demora no caso de os seus dados pessoais serem violados. Idêntica notificação é realizada pela empregadora à CNPD.

Perfil e Decisões Automatizadas – A CORTICEIRA AMORIM pode traçar o perfil dos clientes com base, por exemplo, nas suas preferências ou interesses pessoais, nomeadamente para prestar serviços, aumentar a qualidade e a experiência dos produtos e serviços ou adequar comunicações de marketing direto, desde que esse tratamento seja necessário para a celebração ou execução do contrato entre o titular e a CORTICEIRA AMORIM ou seja baseado no consentimento do titular. Quando o tratamento de dados pessoais, incluindo o tratamento para a definição de perfis, seja exclusivamente automático (sem intervenção humana), e possa produzir efeitos na sua esfera jurídica ou o afetar significativamente, terá o direito a não ficar sujeito a nenhuma decisão que se baseie nesse tratamento automático, salvo as exceções previstas na lei, e terá o direito a que a CORTICEIRA AMORIM adote medidas adequadas para salvaguardar os seus direitos e liberdades e legítimos interesses, incluindo o direito a que haja intervenção humana na tomada de decisão por parte da CORTICEIRA AMORIM, o direito de manifestar o seu ponto de vista ou contestar a decisão tomada com base no tratamento automatizado de dados pessoais.

Direito a reclamar - No caso de o titular dos dados pessoais entender que o tratamento respetivo não está conforme o disposto na lei, fica obrigado a dar conhecimento, sem demora, da sua discordância ao responsável pelo tratamento, para análise da situação e eventual correção no mais curto espaço de tempo, se for caso. O titular dos dados pessoais tem, ainda, o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a CNPD, caso considere que a CORTICEIRA AMORIM não cumpriu os requisitos do RGPD ou da legislação nacional aplicável no que diz respeito aos seus dados pessoais.

Como pode exercer os seus direitos

O exercício dos direitos é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado ou excessivo, caso em que poderá ser cobrada uma taxa razoável tendo em conta os custos.

As informações devem ser prestadas por escrito mas, se o solicitar, podem ser prestadas oralmente. Neste caso, a CORTICEIRA AMORIM deve verificar a sua identidade por outros meios que não orais.

A resposta aos pedidos deverá ser prestada no prazo máximo de 30 dias, salvo se for um pedido especialmente complexo.

Exerça-os através do seguinte endereço: dpo@corticeira.amorim.com).

Mozelos, 06 de dezembro de 2021